

LIVREIROS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO 1799-1824

Lúcia Maria Bastos P.das Neves
Departamento de História - UERJ

O presente trabalho pretende identificar os principais livreiros franceses estabelecidos no Rio de Janeiro, desde o final do século XVIII até o início do Primeiro Reinado, analisando seu papel e atuação na vida cultural e intelectual do período, através da documentação tanto da Mesa do Desembargo do Paço e da Real Mesa Censória, quanto dos anúncios veiculados em alguns periódicos. Servindo como intermediários culturais entre a França da Ilustração e o mundo luso-brasileiro, esses livreiros trouxeram em geral uma literatura proibida, relacionada às idéias do liberalismo e do constitucionalismo, contribuindo para a elaboração de uma nova cultura política às vésperas da independência brasileira.

Palavras chaves: Relações culturais – Livreiros franceses – Ilustração

LIVREIROS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO 1799-1824*

Lúcia Maria Bastos P.das Neves
Departamento de História - UERJ

O comércio de livraria em Espanha e Portugal, [...] está totalmente nas mãos dos Franceses, todos saídos de uma aldeia situada num vale do Briçonês, no Delfinado. [...] não somente o comércio de livraria está em suas mãos, mas também o dos mapas geográficos, de estampas.¹

Assim escrevia, em finais do ano de 1754, um caixeiro francês de importante livreiro de Genebra, a Malesherbes, diretor do departamento do comércio de livros da monarquia francesa, entre 1750 e 1763, confirmando a presença de livreiros franceses em Portugal, destacada nos estudos de G. Bonnant, F. da Gama Caieiro e Fernando Guedes.²

Ao analisarem-se os numerosos requerimentos enviados à Real Mesa Censória, solicitando licença para despachar livros de Portugal, destinados a várias localidades brasileiras - como Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Pará – verifica-se serem frequentes as menções a negociantes franceses como João B. Reycend, Viúva Bertrand & Filhos, Paulo Martin, Borel & Borel e Francisco Rolland. O primeiro destes, já em 1795, solicitava permissão para enviar obras ao Rio de Janeiro, especialmente a coleção completa dos *Mercúrios*.³ Na mesma data, uma correspondência, analisada por F. da Gama Caieiro, entre a Casa de Francisco Rolland e o capitão Antonio Luis Fernandes, comerciante de grosso trato da praça do Rio de Janeiro, procurava convencer ao livreiro das possibilidades de negócio, que “Se V. Mercê quiser mandar-me por sua conta um sortimento de livros [...] não deixará de fazer-lhe boa conta, e se cuidou que não se arrependerá”. Acrescentava que eram os livros de religião os que mais se vendiam – missais, breviários e horas latinas – embora “livros fora do comum” fossem ainda atrativos, indicando os novos interesses presentes na sociedade brasileira.⁴

Nesse sentido, o comércio de livros no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, era bastante promissor, comportando várias caminhos de abastecimento de livros, além das lojas especializadas, ao contrário do que afirmava uma visão corrente, apoiada em alguns relatos de época, em particular de viajantes. O exame mais acurado de uma documentação pertinente ao assunto, como as licenças concedidas pela Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro aos requerimentos feitos pelos livreiros para desembaraçar seus livros nas Alfândegas, os pareceres emitidos pelos censores régios,

os pedidos de diversos livreiros radicados em Lisboa para despachar livros para as principais cidades do Brasil, constante da documentação da já mencionada Real Mesa Censória, em Portugal, pode confirmar que diversos livreiros, sobretudo de origem francesa, desde fins do século XVIII, atendiam particulares e negociantes no Brasil. Foi, no entanto, após a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro que esse comércio livreiro se intensificou, embora, principalmente a partir de 1815, como pode se constatar no Registro de Estrangeiros e pela multiplicação de anúncios de negociantes franceses na *Gazeta do Rio de Janeiro*, aumentasse o número destes, que entraram no Brasil, em busca de melhores condições de vida ou para fugirem da Restauração francesa. Eram comerciantes que nem sempre faziam parte daqueles que “tratam em livros”, segundo o *Dicionário* de Moraes de 1813, dedicando-se, com frequência, também a outros ramos de negócios, fossem estampas, objetos de luxo, ou produtos ainda mais exóticos, como mostra um anúncio de 1818:

Imbert de Nagis, Negociante Francês, que morava na rua do Rosário nº 60, faz saber ao público que ele mudou a sua loja para rua do Ouvidor nº 81 e que nela tem um grande sortimento de móveis, cristais, porcelanas, pianos fortes e o grande *Rub Antiphilitique* para os males venéreos e que tem em português o método de se servir deste remédio no seu curativo e um grande sortimento de livros portugueses, franceses e ingleses.⁵

Ainda que tenham servido de intermediários culturais entre a França da Ilustração e o mundo português, as atividades destes livreiros, porém, são muito pouco conhecidas. Apesar de alguns trabalhos, como os de Maria Beatriz Nizza da Silva e de L. Hallewell, ainda são escassos, aliás, os estudos sobre o papel dos livros e livreiros na formação da cultura e da sociedade no Brasil, na linha preconizada por H. J. Martin, F. Furet, D. Roche e R. Darnton, em que o livro surge como um “fato social [...] constituído por atividades e atitudes coletivas”.⁶ Esses livreiros franceses no Brasil trouxeram, em geral, uma literatura proibida, relacionada às idéias do liberalismo e do constitucionalismo, e contribuíram assim para a elaboração de uma cultura política nova às vésperas da independência.

Dentre os primeiros livreiros estabelecidos no Rio de Janeiro, podem ser destacados João Roberto Bougeois e Paulo Martin, que tinham origem francesa e, provavelmente, era a eles que Luís dos Santos Marrocos fazia referência em 1813, ao afirmar que “aqui há pouco negócio de livros, e dois livreiros, que aqui se acham, basta serem franceses para serem tratantes”, demonstrando uma certa aversão ao espírito francês, característica da época napoleônica.⁷

João Roberto Bougeois transferira-se para o Brasil, pelo menos desde 1782, embora apenas em 1799, pudesse afirmar com certeza que sua casa de comércio já estivesse estabelecida. Dos registros de passaporte daquele ano, aos 16 de setembro, consta que não se pusesse

impedimento alguma passar-se para o Rio de Janeiro João Roberto Bourgeois, de idade de 28 anos, estatura ordinária, rosto comprido, claro, olhos castanhos, e usa cabeleira; por constar ser português, e tervindo daquela cidade para se recolher.⁸

Segundo a mesma fonte, ele teria retornado a Portugal em 1795 e, em 1799, sua irmã, Mariana Bourgeois, viúva de Francisco Mallen, viajou para o Rio de Janeiro, a fim de viver em companhia de seu irmão, “ali estabelecido com Casa de Comércio”.⁹ As licenças da Mesa do Desembargo do Paço demonstram que se tratava de um negociante de grande importância, mantendo ligações, entre 1809 e 1811, com praças de Lisboa, Porto, Luanda e Londres; e, no Brasil, com São Paulo, Santos e Porto Alegre. Entre 1810 e 1813, encontravam-se na Gazeta anúncios de sua loja na rua da Quitanda nº 33, com a menção de “obras novas”, intituladas *Portugal desafrontado*, *Diálogo entre um Francês e um Eclesiástico*, *Partidarista contra Partidarista* e *Jacobinas Praguejados*. De acordo com Marrocos, Bourgeois, porém, morreu repentinamente, no início de 1814.¹⁰

Como Bourgeois, Paulo Martin tornou-se um dos livreiros mais famosos da cidade do Rio de Janeiro, nos inícios do século XIX., graças também às suas atividades como editor. De forma alguma, no entanto, foi tranqüila a transferência de Paulo Martin para o Rio de Janeiro. Em 1799, os negociantes portugueses, numa consulta apresentada pelos Juizes do Ofício de Livreiro à Junta do Comércio em Lisboa solicitaram que não se concedessem passaportes a Paulo Martin e a Francisco Rolland, filhos, para se estabelecerem em qualquer terra da América. Afirmavam que esses mercadores estrangeiros já lhes tinham causado vários prejuízos e, não contentes, queriam aumentá-los, “intentando estabelecer duas casas de comércio de livros na cidade do Rio de Janeiro, pretextadas pelos nomes de seus filhos nascidos no reino ou naturalizados nele”. Alertavam para a existência de decretos que proibiam aos estrangeiros a abertura de casas de comércio no Brasil, “muito principalmente de livros que no tempo presente são assaz perigosos”. Os acusados responderam que nada havia de ilegal, se quisessem enviar seus descendentes para fixarem-se com algum tipo de negócio além-mar, pois eles, já eram considerados portugueses por terem nascido no Reino. Asseguravam ainda

que “jamais fora da intenção deles estabelecerem seus filhos no comércio de livros”, porque

o filho de Francisco Rolland, tendo cursado as aulas de pilotagem, embarcava na qualidade de praticante de piloto, [...]; e o filho de Paulo Martin se destinava para caixeiro de uma casa de negócio da cidade do Rio de Janeiro, aonde ia aprender o comércio em geral, e não estabelecer casa de negociação de livros.¹¹

Aos 22 de outubro de 1799, porém, mandava

o Príncipe Regente Nosso Senhor que se não ponha impedimento algum a passar para o Rio de Janeiro Paulo Agostinho Martin, de idade de 20 anos, estatura à proporção da idade, rosto sobre o comprido, olhos pretos e cabelo castanho, por conta de ser português, e que vai para caixeiro de uma casa de negócios daquela cidade.¹²

Não foi possível verificar o momento em que Paulo Martin iniciou as suas atividades livrescas no Rio de Janeiro, mas a *Gazeta do Rio de Janeiro*, desde seu primeiro número, trazia a indicação de que podia ser adquirida “em casa de Paulo Martin Filho, mercador de livros na rua da Quitanda”. Em 1811, o *Almanaque* da cidade confirmou sua situação de distribuidor oficial da *Gazeta*, na lista de administradores e empregados. Além dos vários anúncios publicados na *Gazeta* e no *Diário do Rio de Janeiro*, alguns de seus catálogos subsistiram, fornecendo uma boa idéia das *obras modernas e constitucionais*, que se achavam à venda em sua loja e, dos folhetos impressos por sua conta. A atividade de Paulo Martin como editor também ficou registrada nas solicitações ao Desembargo do Paço para imprimir obras, como a *Notícia histórica da vida e das obras de José Hayden*, em 1819, indicando, de certo modo, os interesses musicais presentes nos círculos ligados à Corte.¹³

Ainda é possível afirmar em relação a Paulo Martin, que vendia, provavelmente, no Rio de Janeiro, a partir de 1799, por conta de seu pai, várias obras. Os títulos encontrados são bastante numerosos, somando até 1808, com as repetições cerca de 1500. Agrupados por temáticas, predominavam as obras de religião, como *Manuais de Missa*, *Horas Marianas*, *Breviários*, *Catecismos* e *Imitação de Cristo*, entre outras. Dentre as de filosofia, constavam *La Logique* de Condillac, os *Pensamentos* de Pascal e *Recreações Filosóficas* de Theodoro d’Almeida. De história, mencionavam-se a *História Universal* de Millot, a *História de Portugal* de Laclède, uma *Revolução da França* (autor anônimo) e a *Vida de D. João de Castro* de J. Freire de Andrade. Muito variadas eram as obras de literatura, incluindo *Paulo e Virgínia* de Bernadin de St.

Pierre, *Mil e uma Noites*, *Marília de Dirceu*, *História de Gil Blas* de Lassage, *Viagens de Gulliver*, *Aventuras de Telêmaco* de Fénelon, *Paraíso Perdido* de Milton, os *Lusíadas*, diversas obras de Bocage, *Theâthe* de Voltaire, *Aviso ao Povo* de Tissot, *Orlando Furioso* de Ariosto, *Oeuvres* de Racine e de Molière. Havia ainda as *Ordenações do Reino*, dicionários diversos em Português, como o de Bluteau, Francês, Inglês e a *Gramática Latina* de Verney, além de muitas obras científicas - de medicina, de química, de história natural e de aritmética - e outros títulos.¹⁴

Em relação a Paulo Martin, as fontes mais ricas são para o período posterior a 1808, quando é possível consultar, além dos anúncios em periódicos, os catálogos que mandou imprimir, em conjunto com as listas de obras enviadas por seu pai e irmãos de Portugal. O primeiro catálogo de que se tem notícia apareceu publicado com *O Plutarco Revolucionário* (1810). Consta de folhetos, destinados a combater e denegrir Napoleão Bonaparte, já impressos em Portugal e que ele procurou divulgar, como *A Verdadeira Vida de Bonaparte*, *Embarque dos apaixonados dos franceses*, *Os Pedreiros Livres e os Iluminados, que mais propriamente se deveriam denominar os tenebrosos*.¹⁵ Já os catálogos de 1821 e 1822 relacionam uma série de livros com a clara preocupação de explicar para os cidadãos a verdadeira importância do sistema constitucional e certos pontos fundamentais do vocabulário político, como *Constitucional justificado*, *A Constituição explicada* e *Catecismo Político Constitucional*. O último desses catálogos ostentava oitenta e nove títulos, com quase 70% destes ligados a temas políticos. Incluía diálogos jocosos a respeito do despotismo, estampas que representavam alegorias relacionadas à Regeneração Portuguesa, retratos de alguns deputados portugueses, além de obras conhecidas como *Werther* de Goethe, as de Bocage, *História da Inquisição de Portugal*, alguns livros sobre moral, ciência econômica, história e dois dicionários, enquanto a porção de livros religiosos reduzira-se consideravelmente. Aceitavam-se ainda na loja de Paulo Martin subscrições de jornais baianos, como *Idade d'Ouro*, o *Diário Constitucional* e o *Semanário Cívico*.¹⁶

Um outro francês que também se especializou no comércio de livros foi Pierre Constant Dalbin, natural de Versailles, chegado da França em 1816. Segundo o Registro de Estrangeiros, permaneceu no Brasil até 1821, mas ainda em setembro de 1822 encontra-se um pedido de liberação de livros seus na Mesa do Desembargo do Paço.¹⁷ Foi também editor, como se comprova em um catálogo de livros, impresso em 1820, de que constava, na primeira parte, livros portugueses “impressos com caracteres novos e

em bom papel à custa de P.C.Dalbin & Cia”. A relação comportava cerca de 170 livros, escritos também em francês, espanhol, alemão, latim e grego, e incluía obras de religião, gramática, ciências, literatura, biografias e história. Dentre os autores, mencionavam-se, entre outros, Cervantes, Camões, Fénelon e Chateaubriand e algumas obras eram acompanhadas por uma descrição e comentários, com a *História de Braz de Santilhana*, considerada “uma das melhores novelas que se deram à luz”, com traduções em quase toda a Europa, das quais “a mais elegante é a portuguesa do fabuloso Barbosa de Bocage”. Curiosamente, de acordo com a prática da época, encontravam-se anunciadas no mesmo catálogo mercadorias diversas, como

Papel – Papel para forrar casas de todas as qualidades,
 Perfumes – Banho – Azeite para os cabelos – Sabão transparente
 Sabão de Paris – Pó de Arroz – Água de Colônia. [...]
 Modas – Fitas de cetim – Cetim em peça – Crepe em peça –
 Meias de seda – Gravatas – Coletes para senhora – Ramos, grinaldas e guarnições
 de flores.¹⁸

Dalbin também solicitou licença solicitou licença ao Desembargo do Paço para importar alguns livros que eram proibidos, como *De l'esprit d'association dans tous les interêts de la Communauté* (1818), do Conde Alexandre DeLaborde, que, segundo o censor Mariano José Pereira da Fonseca, revelava uma doutrina, “hoje tanto em moda na Europa, e muito para excitar novas revoluções e entreter facções e partidos contra a ordem público e segurança das monarquias estabelecidas”. Em outro documento, datado de setembro de 1822, aproveitando um momento de relativa liberação da censura, Dalbin reclamou ao Desembargo do Paço um série de livros, possivelmente apreendidos desde que iniciara suas atividades. A relação que elaborou então incluía vários títulos proibidos, como as *Cartas Persas* de Montesquieu, a *História do Brasil* de Beauchamps, as *Cartas de Emília sobre a Mitologia* – considerado imoral devido a passagens obscenas e indecentes – a *História Natural* de Diderot, a *Revolução Francesa* de Mme. de Staël, e outros.¹⁹

Outros negociantes franceses podem ser identificados tanto através dos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, quanto pelas licenças concedidas pela Mesa do Desembargo do Paço. Assim, Charles Durand estava ligado ao mercado de livros e ao comércio de luxo. Era solteiro, natural da Normandia e embarcou na Holanda para o Brasil, tendo estabelecido sua casa de negócios em 1816. Aparentemente, em 1821, deixou o Rio de Janeiro, seguindo para Ubatuba. Ao contrário de Dalbin, porém,

Durand apresenta-se como nobre, valendo-se, talvez, da condição de que gozavam os livreiros e editores na sociedade portuguesa, e indicando, mais provavelmente, que ele se dedicava ao comércio de grandes volumes, envolvendo capitais importantes.²⁰ Este último aspecto confirma-se com o grande número de anúncios de “seu armazém de fazenda e livros”, que aparecem constantemente na *Gazeta*, entre 1816 e 1820, distinguindo-o de seus conterrâneos. Em 1817, por exemplo, anunciava

em casa de Carlos Durand e C^a, na rua do Ouvidor nº 28 no primeiro andar, um sortimento de prata [...], e mais um par de serpentinhas de bronze dourado, leques de todas as qualidades, música a 50 por 100 abaixo do preço de Paris, xales fingindo lã de camelo de muito bom gosto – *Livros*, vida e obras dos pintores os mais célebres de todas as escolas, contendo 475 estampas, 8 vol., em 4º. Obras completas de Poussin [...]. Descrição de Paris e de seus edifícios [...]. Dicionário de Chinês e Francês. Relação das cerimônias religiosas e militares da Coroação de Bonaparte [...]. Quadro histórico da Revolução Francesa, 3º vol., em 4º, com mapas e atlas iluminados.²¹

Outras relações, constantes tanto nos anúncios, quanto nas listas destinadas à Mesa do Desembargo do Paço, incluem livros sobre educação das mulheres e das crianças, sobre história, filosofia, ciências e religião – inclusive a *Bíblia* – tratados de latim, gramáticas, dicionários diversos e fábulas. As listas apresentadas são muito imperfeitas, não trazendo, em sua maioria, o nome dos autores, levando um dos censores de época a afirmar que

Semelhantes defeitos não só dificultam a censura dos livros, como também suscitam desconfianças e perplexidades no espírito do Censor, que atribui a malícia e dolo o que muitas vezes é efeito de imperícia ou negligência dos escreventes.

Ao vender basicamente livros franceses, Durand enfrentou muitos problemas com a censura. Dentre as obras proibidas de entrar no Rio de Janeiro figuraram escritos de La Fontaine, considerados obscenos, a *História Natural* de Buffon e as *Cartas* de Grimm, muito “suspeitas por ser [seu autor] da escola do barão de Holbac, Diderot, Helvecio e companhia”.²²

Seis outros comerciantes franceses – L. Dumont, Luis Nicolau Dufrayer, Ambroise Bourdon, José de la Brosse. I. Nagis (Nanges) e Jean Auguste Bellard - ligados ao trata de livros revelam ainda a diversidade de seus negócios nos anúncios da *Gazeta* nesse período. Todos eles estavam registrados ou no Livro de Estrangeiros ou no de Residentes estrangeiros no Rio de Janeiro. Quatro deles parecem solteiros, declaram-se nobres e tinham entre 21 e 42 anos de idade. Um deles viera de Londres já

em 1808; os demais chegaram em 1816 e 1817. Dois foram identificados apenas como negociantes. Um deles, Ambroise Bourdon, pediu em 1816 várias licenças ao Desembargo do Paço para despachar livros na Alfândega, e, no mesmo ano, publicou um anúncio na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em que oferecia.

Na rua Direita, no dia 25 do corrente, [...] leilão de aparelhos de chá de porcelana, vidros lapidados, papel pintado, e outros gêneros de móveis de casa proximamente chegados de França pelo Brigue Edais, em casa de Edais, em casa de Ambrosio Bourdon, por cima do armazém que foi da Companhia de Vinhos. Principia às 10 h. da manhã.²³

De modo semelhante, um outro francês, além do comércio de livros, também comprovado nas licenças do Desembargo do Paço, vendia “bolachas em barricas de superior qualidade, carne de vaca e de porco muito boa, vinho em meias pipas e outros muitos gêneros próprios para o consumo de embarcações”.²⁴

Nos pareceres dos censores da época, verifica-se que pelo menos dois dentre esse seis livreiros trouxeram livros proibidos. Na relação de Dufrayer, em meio a mais de quinhentos títulos, encontram-se obras de Benjamin Constant, que sustentavam “doutrinas da moda sobre Constituições, liberdade de culto e do prelo”; as *Cartas Persas* de Montesquieu; a *História da decadência do Império Romano* de Gibbon, que, apesar da “grande instrução” e de gozar de “reputação em toda a Europa”, explicava, na tradução francesa, o “estabelecimento da Religião Cristã por meios novamente humanos, usando do artifício da ironia para excitar dúvidas sobre a sua origem divina”; e ainda a *História das duas Índias* do abade Raynal e uma *História da Revolução Francesa*, de autor anônimo, composta por “uns que dizem Amigos da Liberdade” e que, embora reconhecendo “os horrores da Revolução, [...] são admiradores do Tirano e dizem coisas ofensivas aos soberanos”.²⁵ Já na relação de cerca de 170 livros de La Brosse, o censor José da Silva Lisboa contestou os romances de Voltaire e a obra do abbé De Pradt, intitulada *Des Colonies*.²⁶

Graças às licenças solicitadas ao Desembargo do Paço, identificam-se ainda mais seis franceses que também estavam ligados ao comércio de livros. Eram eles: Lozan Vial, Jean Jacques Gas, Hippolyte Ladevèze, Jean Boneille, Philippe Roure e François Maulaz. Quatro entre eles, pelo menos, tinham casa de negócios na Corte e quase todos vieram para o Brasil, após a Restauração francesa, entre 1815 e 1819, registrando-se dois como nobres, três como negociantes e o último como comerciante.

Um deles estabeleceu-se, vendendo livros, entre vários gêneros de mercadorias, que vinham da França.²⁷ Outro, Lozan Vial, tinha loja na rua do Ouvidor e anunciava na *Gazeta* artigos como harpa francesa, castiçais, ornamentos de igreja, além de receber ainda frete e passageiros para a galera francesa Doze de Março, ao mesmo tempo em que pedia para despachar quatro volumes dos *Anais das Ciências e das Artes* da Alfândega de Santos.²⁸ Em 1821, Jean Bonelle, negociante na Corte, comunicava possuir 69 volumes de livros importados, compostos por “obras dramáticas, obras de artes e ciências, de História e Poesia, que correm livremente entre todas as nações polidas da Europa”.²⁹ Outro possuía ainda uma “mala de livros brochados”, num total de 65 volumes.³⁰

Não há comprovação de que Ladevèze e P. Rour fossem mercadores de livros, mas não deixaram de solicitar licença ao Desembargo do Paço para despachar livros na Alfândega, numa relação de 85 e 30 títulos, respectivamente, dentre os quais contavam-se vários volumes de uma obra. Além disso, somando-se ao fato de que eles estavam registrados como negociantes, pode-se acreditar que essas obras não estavam destinadas ao uso pessoal, mas sim ao comércio.³¹ Os livros importados compreendiam alguns proibidos, como Rousseau, Voltaire, Mably, Carra, Volney e Barrere [sic]. Sobre a obra deste último autor - *De la liberté des mers* - julgava o censor, numa típica demonstração dos critérios que regiam a censura luso-portuguesa, que apesar de ser uma obra sobre liberdade da navegação, não devia ser permitida, porque seu autor era “um dos mais sanguinários sócios do monstro Robespierre”, pregando os princípios revolucionários de “soberania do Povo, igualdade e Liberdade, ódio aos Monarcas”.³²

Um caso curioso ainda é o de um certo Carlos Robilard que, em 1817, pediu licença para importar da França livros de estampas e gravuras, para seu uso. A lista era bastante longa e, no seu parecer José da Silva Lisboa advertia que se deveria ter muito cuidado com essa autorização, pois ultimamente se têm “introduzido clandestinamente nesta Corte, livros de estampas da França da mais perversa imoralidade”, dando a entender que esses objetos destinavam-se também à venda.³³

Deve-se destacar ainda a presença de Pierre René-François Plancher de la Noé. Chegou ao Brasil em fevereiro de 1824, para buscar refúgio de problemas políticos que enfrentara na França restaurada por ser defensor das liberdades individuais, consideradas então modernas - a livre circulação de idéias e de mercadorias. Veio acompanhado de sua mulher Jeanne Seignot, portadora também de uma licença para

exercer a função de livreiro, sendo que a futura editora no Brasil tomou o nome de ambos - Plancher-Seignot. Em sua bagagem trazia além de máquinas para a criação de uma casa tipográfica, um grande estoque de livros de diferentes autores, entre eles, D'Alembert, Briant, Condillac, Constant, Diderot, Miguet, Mirabeau, Montesquieu, Guizot, Casimir-Périer, Pitt e Say. Para Plancher esse acervo possibilitaria aos brasileiros um profundo entendimento do sistema monárquico constitucional.³⁴ De início, acomodou-se em uma livraria, mas, posteriormente, fixou-se em uma loja com instalações mais amplas, começando também a publicar em língua portuguesa. Pode ser considerado como o primeiro editor privado a possuir uma casa de edição moderna no Brasil. No entanto, recebeu a autorização de utilizar o título de "Impressor Imperial" e sua editora, "Tipografia Imperial", indicando que a esfera pública moderna no Brasil nascia ainda sob a égide do Estado. Residia, portanto, uma certa ambigüidade em Plancher, como ele próprio afirmou em um dos periódicos que publicou: "Plebeu na França, sans-culotte em Madrid, escritor contre os soberanos em Lisboa, eu me tornei fidalgo no Rio de Janeiro".³⁵

* * *

Esse panorama dos livreiros franceses no Rio de Janeiro de início do século XIX serve, à guisa de conclusão, para destacar alguns aspectos da vida cultural e intelectual no período. Em primeiro lugar, a quantidade e o teor das obras introduzidas no Brasil nesses anos imediatamente anteriores à independência exige que se volte a examinar o papel da censura portuguesa. De um lado, é preciso lembrar que, em seus pareceres, os próprios censores régios mostravam um perfeito conhecimento das obras proibidas, pois eram homens esclarecidos, que, provavelmente, tinham em suas bibliotecas as obras censuradas. De outro, por mais rígida que tenha parecido ser, a censura no mundo luso-brasileiro não chegou a constituir um obstáculo para a circulação de livros com os "abomináveis princípios franceses".

Em segundo lugar, embora não se disponha de dados concretos, parece evidente a existência de um público consumidor bem superior ao que reconhece a historiografia tradicional, baseada exclusivamente em relatos de viajantes. Se aos livreiros franceses se agregam os portugueses e brasileiros, torna-se indispensável a presença de um público considerável para sustentar as atividades de todos eles. Público formado por

uma elite educada, com certeza, sob as mitigadas Luzes portuguesas, que crescera bastante com a transferência da Corte para o Brasil, mas cuja autonomia intelectual mostra-se bem mais difícil de avaliar.

Em terceiro lugar, por fim, vale assinalar que o horizonte cultural da população não se alterava significativamente em relação ao final do século XVIII. Esses “tratantes em livro” continuavam a tornar acessórios à elite portuguesa no Brasil os mesmos clássicos da Ilustração e alguns dos “ideólogos”, que se encontravam nas bibliotecas particulares de Minas Gerais em 1789, do Rio em 1794, e da Bahia em 1798 – como Montesquieu, Voltaire, Raynal, Rousseau e Volney.³⁶ No entanto, a rede de distribuição tornara-se indubitavelmente mais sólida e permanente, revelando que, também no Brasil, as Luzes constituíram um bom negócio.³⁷

Em síntese, os livreiros franceses no Rio de Janeiro não foram apenas comerciantes, mas agentes da Ilustração, que cumpriram a missão atribuída aos livros, aplainando assim o caminho para o advento do constitucionalismo no Brasil. Eram as idéias que se transformavam em mercadoria, e a filosofia que se constituía em ideologia.³⁸

* Pesquisa financiada pelo CNPq.

¹ Biblioteca Nacional de Paris. Manuscrito fr. 22130, p. 37. Apud Fernando Guedes. *Os livreiros franceses em Portugal no século XVIII. Tentativa de compreensão de um fenómeno migratório e mais alguma história*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1998. p. 23.

² G. Bonnant. Les libraires du Portugal ao (sic) XVIII^e siècle vus à travers leurs relations d'affaires avec leurs fournisseurs de Genève, Lausanne et Neuchâtel. *Arquivo da Bibliografia Portuguesa*. Coimbra. 21-22 (6): 195-200, jan-juin 1960; F. da Gama Caieiro. Livros e livreiros franceses em Lisboa, em fins dos setecentos e no primeiro quartel do século XIX. *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 35: 139-168, 1980; e Fernando Guedes. *O livro e leitura em Portugal: subsídios para sua história (séculos XVIII-XIX)*. Lisboa: Verbo, 1987. p. 112-116.

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante A.N.T.T.). Real Mesa Censória. Exame dos livros para saírem do Reino para o Brasil, Caixas 153-160.

⁴ Correspondência particular de livreiros de São Paulo, no século XVIII, 1791. Microfilme do Arquivo particular de Francisco da Gama Caieiro. Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Ver ainda F. da Gama Caieiro. Livros e livreiros ...

⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 25, 28 março 1818.

⁶ Para a citação cf. M. B. Nizza da Silva. Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821. *Revista de História*. São Paulo, 94: 441-457, 1973. p. 442. Cf. ainda L. Hallewell. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiróz/Edusp, 1985. Nireu Oliveira Cavalcanti. A livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794. *Acervo*. Rio de Janeiro: 8 (1-2): 183-194, jan-dez 1995; Lúcia Maria Bastos P. Neves. Comércio de livros e censura de idéias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*. Lisboa, 23: 61-78, 1993. Para os autores franceses, cf., entre outros, H. J. Martin. *Livre: pouvoirs et société à Paris au XVII^e siècle*. Genève: Lib. Droz, 1969, 2v.; F. Furet. *Livre et société dans la France du XVIII^e siècle*. Paris: La Haye Mouton, 1965; R. Darnton & D. Roche (orgs.). *Revolução impressa. A imprensa na França, 1750-1800*. São Paulo: Edusp, 1996; e R. Darnton. “A palavra impressa”. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 107-172.

- ⁷ Luis dos Santos Marrocos. Cartas de [...] escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1939. p. 161 (carta 56).
- ⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (doravante A.H.U.). Códice 805, Passaportes 1782-1787, fl. 12v.
- ⁹ A.H.U. Códice 807, Passaportes 1791-1798, fl. 127 e Códice 808, Passaportes 1798-1806, fl. 68. A citação encontra-se nesse último códice.
- ¹⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante AN-RJ). Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 169, pac. 3, doc. 11. 1809-1811. Para os anúncios, ver, respectivamente, *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 79, 02 outubro 1813 e nº 5, 17 janeiro 1810. L. Joaquim dos Santos Marrocos. Cartas de [...]. p. 192 (carta 66),
- ¹¹ A.N.T.T. Junta de Comércio, Livro 132 – Registro de Consultas, 1799-1801, f. 32-33. O parecer da Junta de Comércio foi favorável aos dois livreiros.
- ¹² A.H.U. Códice 808, Passaportes 1798-1806, fl. 54. Quanto ao filho de Rolland não foi possível localizar nenhuma referência que confirmasse sua vinda para o Brasil.
- ¹³ Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1811. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 282:230, jan-mar 1969. *Notícia de algumas obras modernas e constitucionais chegadas modernamente à loja de Paulo Martin, rua da Quitanda nº 33*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, [1821]. 1 folha. *Catálogo de algumas obras que se vendem na loja de Paulo Martin, rua da Quitanda nº 33, vindas neste último navio de Lisboa*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, [1822]. 1 folha. Para a impressão de obras, ver AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 171, pac. 3, doc. 39, 1819.
- ¹⁴ A.N.T.T. Real Mesa Censória. Exame dos livros para saírem do Reino com destino ao Rio de Janeiro. Caixas 153-154, 1799-1808.
- ¹⁵ “Catálogo dos Folhetos impressos à custa de Paulo Martin, filho, que se achão na sua loja da rua da Quitanda nº 33”. In *O Plutarco Revolucionário na parte que contem as vidas de Madame Buonaparte e outros desta família* (traduzido do inglês). Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1808. 74 p. + 3 p. Para a transcrição do catálogo, ver M. B. Nizza da Silva. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 147-148.
- ¹⁶ Para os catálogos, cf. nota 13 supra. Para a venda dos jornais, ver *Diário do Rio de Janeiro*, 23 janeiro 1822.
- ¹⁷ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro: 1808-1820*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. p. 17. *Registro de Estrangeiros: 1808-1822*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. p. 94.
- ¹⁸ *Catálogo de livros portugueses que se achão de venda em casa de P. Dalbin & C^a*. Rio de Janeiro: [Typ. Régia], 1820. 15 p. A primeira citação encontra-se à p. 4, enquanto a segunda à p. 7.
- ¹⁹ AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 171, pac. 3, doc. 43, 1820.
- ²⁰ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro ...* p. 15.
- ²¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 7, 22 janeiro 1817.
- ²² AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 169, pac. 1, doc. 4, 1819.
- ²³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 41, 22 maio 1816.
- ²⁴ Para as licenças, ver AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 170, pac. 3, doc. 75. Para a citação, cf. *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 99, 11 dezembro 1819.
- ²⁵ AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 170, pac. 3, doc. 75, 1818, parecer de José da Silva Lisboa.
- ²⁶ AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 170, pac. 4, doc. 41, 1818.
- ²⁷ AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 169, pac. 3, doc. 101.
- ²⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 54, 8 julho 1818 e nº 73, 12 setembro 1818. AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 170, pac. 3, doc. 71, 1819.
- ²⁹ AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 169, pac. 3, doc. 93, 1821.
- ³⁰ AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 169, pac. 2, doc. 49, 1818.
- ³¹ Cf., respectivamente, AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 169, pac. 2, doc. 76, 1815 e AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 169, pac. 1, doc. 31, 1820.
- ³² AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 169, pac. 3, doc. 101. 1818. O nome correto do autor deve ser Bertrand Barère: cf. J. T, J. F. Fayard & A. Fierro. *Histoire et dictionnaire de la Révolution Française, 1789-1799*. Paris: Robert Laffont, 1987. p. 561-2.
- ³³ AN-RJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 171, pac. 4, doc. 52 e 58, 1817-1818.
- ³⁴ Marco Morel. *La Formation de l' espace public moderne à Rio de Janeiro, 1820-1840: opinion, acteurs, sociabilité*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Paris I-Pantheon-Sorbonne. Paris, outubro 1995. p. 5-20. Laurence Hallewell. *O livro no Brasil ...* p. 76-77. Margarida Cintra

Godinho et alli. *Gráfica, arte e indústria no Brasil: 180 anos de história*. São Paulo: Bandeirante, 199. p. 31-32.

³⁵ *O Spectador Brasileiro*, nº 268, 15 março 1826.

³⁶ G. Gusdorf. *La conscience révolutionnaire. Les Idéologues*. Paris: Payot, 1978. Para os estudos de bibliotecas particulares, ver E. Frieiro. *O diabo na livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957; B. Burns. The Enlightenment in Two Colonial Brazilian Libraries. *Journal of the History of Ideas*. N. York, 25: 430-438, 1964; Katia M. de Queirós Mattoso. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Bahia: Itapuã, 1969; Tania Maria Bessone da C. Ferreira. Les échos de la Révolution Française selon l' examen des bibliothèques des lettrés brésiliens à la fin du XVIII^e siècle. In: M.Vovelle (dir). *L'image de la Révolution Française*. Paris: Pergamon Press, 1989. p. 963-969; e Luiz Carlos Villalta. Bibliothèques privées et pratiques de lecture au Brésil colonial. In: K. M. de Queirós Mattoso et al. (org.). *Naissance du Brésil moderne (1500-1808)*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1998. p. 319-336.

³⁷ R. Darnton. *O iluminismo como negócio. História da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁸ F. Furet & J. Ozouf. Trois siècles de métissage culturel. *Annales E. S. C.*. Paris, 32(3): 488:502, mai-juin 1977.